

EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ETNICORRACIAIS: DESAFIOS DOCENTES PARA IMPLANTAÇÃO NO CURRÍCULO DA ESCOLA

Josivaldo Albuquerque de Lira¹

¹*Mestrando em Ciências da Educação (Unigredal).*
josivaldofpb@gmail.com

Resumo do artigo: Educar na diversidade passa necessariamente pela transformação dos sujeitos envolvidos nesta convivência. A transformação do processo legal em prática pedagógica requer mudanças na organização curricular e na postura dos (as) educadores (as). Com base nesta premissa, este artigo busca estabelecer um diálogo com a temática da educação para as relações Etnicorraciais sobre o chão da escola e os desafios de implantação dessa temática em seu currículo, atendendo a legislação vigente. Neste trabalho apresentamos situações de interação dos professores e suas práticas pedagógicas em uma Escola Municipal de Ensino Fundamental, que atende crianças do 1º ao 5º ano. Esse estudo se dá por meio de um olhar apurado sobre as relações cotidianas da escola e por meio do diálogo com seus professores. Quanto ao embasamento teórico, buscamos nos referenciar sobre diferentes bibliografias que trata da temática, como também as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, desencadeando assim na visão de diversos autores abordados, pontos de vista de novos paradigmas educacionais e o que já se propõe desse tema até o presente momento. Sabemos que a obrigatoriedade da inclusão da história e da cultura afro - brasileira e africana nos currículos escolares da educação básica, trouxe grandes desafios para os professores da escola básica. Nosso intuito é compartilhar sobre os fundamentos para o trabalho com as Relações Etnicorraciais, além de contribuir para a ação, reflexão e inovação das práticas pedagógicas dos professores dos anos iniciais do ensino fundamental.

Palavras - chaves: Educação, professores, escola, relações etnicorraciais.

INTRODUÇÃO

A obrigatoriedade do ensino da história da África e da cultura Afro - Brasileira é uma reivindicação antiga dos movimentos negros e de lideranças da área de educação, que vem discutindo o assunto desde outras décadas.

A escola é, portanto, local privilegiado para estudo da contribuição dos africanos na formação da sociedade brasileira, para a superação do racismo e para a reflexão sobre as contradições e desigualdades na sociedade. De forma geral, a lei 10.639/03 faz com que uma importante matriz fundadora da sociedade brasileira seja estudada de forma mais justa e igualitária. As publicações sobre o tema também tem ganhado força e hoje é possível afirmar que aquele que busca uma formação nessa temática não esta, mas sozinho.

Há, portanto, inúmeras maneiras de trabalhar a temática africana e afro - brasileira na sala de aula. É importante introduzir esses conteúdos cotidianamente e não apenas em datas



festivas. Certamente essas datas são importantes para refletimos sobre a nossa própria historia, porém é urgente um trabalho permanente e criterioso.

De acordo com Amâncio, Gomes & Jorge, (2008, p.119):

o diálogo escola/afro-brasilidade – ação exigida pela lei 10.639, em seu potencial de interatividade –, além de alterar o lugar tradicionalmente conferido a matriz cultural africana, resgata e eleva a autoestima do alunado negro, de forma a abrir-lhe espaço para uma vivência escolar que o respeite como sujeito de uma história de valor, que é também a do povo brasileiro. Portanto, a implantação dessa lei corresponde a uma ação afirmativa, que visa à revisão da qualidade das relações étnico-raciais no Brasil.

No tocante a esse respeito, para que a escola possa efetivamente exercer um papel no processo de construção da cidadania, as propostas das relações etnicorraciais devem ser vivenciadas no ambiente escolar, quanto ao respeito à dignidade do aluno, no tratamento justo e equânime das questões que lhe são pertinentes, no estímulo ao respeito às diferenças individuais, culturais e sociais, na valorização do dialogo, das relações democráticas entre todos da comunidade escolar. Segundo Souza; Croso (2007, p. 21):

com a lei 10639/03 a escola aparece como *lócus* privilegiado para agenciar alterações nessa realidade, e é dela a empreitada de acolher, conhecer e valorizar outros vínculos históricos e culturais, refazendo repertórios cristalizados em seus currículos e projetos pedagógicos e nas relações estabelecidas no ambiente escolar, promovendo uma educação de qualidade para todas as pessoas.

A abordagem e o trabalho com esses grupos sociais visa garantir a valorização de sua identidade cultural e o reconhecimento de sua contribuição para a formação nacional. Por isso a abordagem da diversidade étnico cultural na escola é importante porque desta maneira será possível desmascarar visões preconcebidas e discriminatórias, transformando valores e contribuindo com o respeito à diversidade.

No interesse de dialoga com a temática dos valores, como o respeito à diversidade etnicorracial e a promoção da igualdade étnica na escola e na sociedade brasileira. O objetivo deste trabalho foi investigar a implantação da lei 10.639/03 em uma escola pública municipal de acordo com as indicações das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, bem como analisar as ações pedagógicas dos professores.

EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ETNICORRACIAIS E SUAS IMPLICAÇÕES PARA O CURRÍCULO E A ESCOLA

Por muito tempo, o ensino privilegiou a ação e as realizações de sujeitos históricos relacionados à história da cultura europeia, excluindo ou diminuindo a importância de outros povos que foram fundamentais no processo histórico e na formação da cultura brasileira, como os indígenas e africanos. No entanto, alinhada as lutas e conquistas políticas de afirmação e valorização da diversidade étnica e cultural brasileira nos últimos anos, muitas mudanças ocorreram, provocando alterações significativas também no campo da educação.

Várias medidas foram tomadas para a valorização das culturas de diferentes etnias que formaram o povo e a cultura no Brasil. Com a aprovação da Lei Nº 10.639/03, tornou-se obrigatório o ensino de História e Cultura Afro - Brasileira nas escolas.

Assim diversas ações passaram a ser promovidas para contemplar a diversidade e as relações étnico-raciais no Brasil, como cursos de capacitação de docentes, desenvolvimento de planos políticos pedagógicos, reorganização de currículos escolares e planos de aulas, além da realização de eventos e debates de inclusão de disciplinas específicas nas instituições de ensino superior.

Esse reconhecimento de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (2004, p 12) é:

a valorização e respeito às pessoas negras, à sua descendência africana, sua cultura e história. Significa buscar, compreender seus valores e lutas, ser sensível ao sofrimento causado por tantas formas de desqualificação: apelidos depreciativos, brincadeiras, piadas de mau gosto sugerindo incapacidade, ridicularizando seus traços físicos, a textura de seus cabelos, fazendo pouco das religiões de raiz africana. Implica criar condições para que os estudantes negros não sejam rejeitados em virtude da cor da sua pele, menosprezados em virtude de seus antepassados terem sido explorados como escravos, não sejam desencorajados de prosseguir estudos, de estudar questões que dizem respeito à comunidade negra.

De acordo com a publicação do Ministério da Educação, percebemos a importância da inserção de valores que dão forma e sentido as culturas afrodescendentes na prática educativa, contribuindo para gerar práticas pedagógicas que atendam não só os interesses dos afrodescendentes, mas dos diferentes atores envolvidos no processo de ensino - aprendizagem e assim buscando a formação de valores por meio da educação.

Neste cenário desafiador, a educação, tem um importante papel a desempenhar, na medida em que contribui para a formação de cidadãos conscientes de suas responsabilidades sociais, o que muitas das vezes não acontece, ficando essa temática entre as prerrogativas de o dito e o feito. Considerando esses aspectos a criação de práticas educacionais que incorporem a diversidade cultural brasileira e que reflitam sobre seus modos de relacionamento se tornou uma exigência social.

Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (2004 p 16):

Pedagogias de combate ao racismo e a discriminações elaboradas com o objetivo de educação das relações étnico/raciais positivas têm como objetivo fortalecer entre os negros e despertar entre os brancos a consciência negra. Entre os negros, poderão oferecer conhecimentos e segurança para orgulharem-se da sua origem africana; para os brancos, poderão permitir que identifiquem as influências, a contribuição, a participação e a importância da história e da cultura dos negros no seu jeito de ser, viver, de se relacionar com as outras pessoas, notadamente as negras.

Os alunos são agentes ativos no processo de ensino e aprendizagem. Por meio de vivências experimentadas no ambiente escolar, eles são capazes de construir conhecimento histórico e estabelecer relações entre o que se aprende na escola e o seu cotidiano fora dela. Nesse processo o estudo de temas ligados às relações Etnicosraciais são fundamentais para a construção do conhecimento e posteriormente a valorização das pessoas. Essas trocas viabilizam um processo de aprendizagem bem, mas significativo e o melhor, pautado no direito a ser diferente. A esse respeito nos diz Gomes (2010, p. 83):

[...] A educação para as relações étnico-raciais que cumpre o seu papel é aquela e que as crianças, os adolescentes, os jovens e os adultos negros e brancos, ao passarem pela escola básica, questionam a si mesmos nos seus próprios preconceitos, tornem-se dispostos a mudar posturas e práticas discriminatórias, reconheçam a beleza e a riqueza das diferenças e compreendam como essas foram transformadas em desigualdades nas relações de poder e dominação.

Ainda merece destaque nesses pressupostos, a formação do professor para trabalhar com a temática da diversidade etnicorracial que, sobretudo, requer sensibilização e conscientização das reais necessidades de desenvolver de modo sistematizado a temática em sala de aula. Ainda de acordo com Gomes, (2005, p. 60):

A escola tem um papel importante a cumprir nesse debate. Os professores não devem silenciar-se diante de preconceitos e discriminações raciais. Antes, devem cumprir o seu papel de educadores, construindo práticas pedagógicas e estratégias de promoção da igualdade racial no cotidiano da sala de aula. Para tal, é preciso saber mais sobre a história e a cultura africana e afro-brasileira, superar opiniões preconceituosas sobre os negros, denunciar o racismo e a discriminação racial e implementar ações afirmativas voltadas para o povo negro, ou seja, é preciso superar e romper com o mito da democracia racial.

É por meio da troca de experiências que se desenvolve a consciência individual e a autonomia dos alunos. Portanto, podemos imaginar que o trabalho integrado entre os docentes e as diferentes disciplinas, constitui-se numa referencia interessante para a organização da prática pedagógica, com ênfase na educação para as relações etnicosraciais, onde desta forma, se romper com uma visão estereotipada e negativa do negro. Apesar de o livro didático



ser na maioria das vezes a única ferramenta disponível ao professor em sala de aula, buscar uma atualização constante dos conteúdos, e uma dinâmica de renovação da prática pedagógica é tarefa essencial para os professores.

METODOLOGIA

A atuação pedagógica das escolas e a prática de ensino e aprendizagem devem estar voltada para a importância de ambientes heterogêneos e ao mesmo tempo, que promovam a aprendizagem de todos os alunos. Visando compreender como ocorrem essas afirmações no âmbito escolar, principalmente quanto às relações de etnia e raça realizamos essa pesquisa. Esse trabalho se caracteriza em uma pesquisa bibliográfica, versando sobre as ideias de diferentes autores, a mesma ainda se desdobra em pesquisa de campo, descritiva e quantitativa. O campo para coleta de dados foi uma escola pública municipal localizada no município de Pilões - PB, que atende crianças das séries iniciais do ensino fundamental.

Os sujeitos da pesquisa foram 15 professores que lecionam na referida escola, tendo todos os professores formação em curso superior em pedagogia, como também pós-graduação lato sensu na área de educação.

O instrumento para coleta de dados foi à observação e questionário estruturado, elaborado pelo pesquisador e distribuído entre os professores da escola, por meio de questionamentos fechados e de múltipla escolha em algumas situações, que versavam sobre o currículo escolar e a Educação para as Relações Etnicorraciais em momento da visita a escola. A partir do aprofundamento teórico e a observação, analisou-se as informações coletadas tendo como base o objetivo da pesquisa.

ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

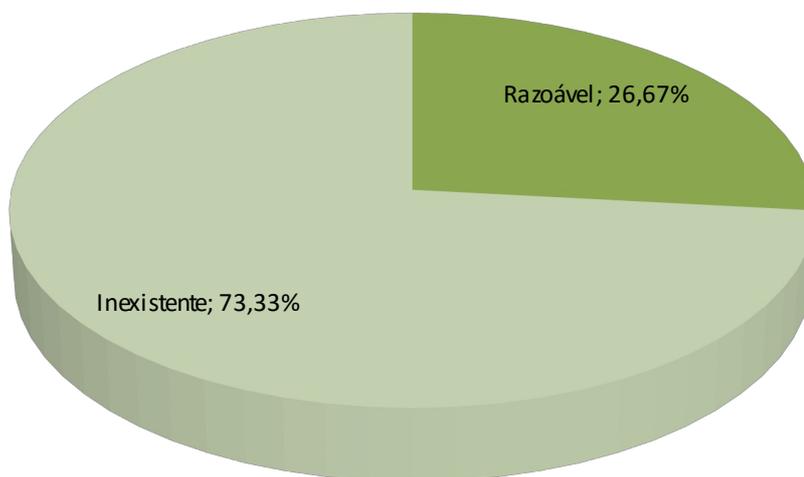
Um trato pedagógico com a diversidade na escola concretiza-se por meio de oportunidades de observação crítica de sua própria realidade. Além, disso para que a escola possa efetivamente exercer um papel no processo de construção da cidadania, as propostas de discussão da diversidade devem ser vivenciadas no ambiente escolar sob uma perspectiva intercultural, visando o respeito à dignidade do aluno, o tratamento justo e a igualdade das questões que lhes são pertinentes como o respeito às diferenças individuais, étnicas, culturais e de gênero por meio da valorização do diálogo e das relações democráticas entre todos.



As questões que tratam dessa análise de dados foram apresentadas aos professores por meio de questionários semiestruturados, buscando fazer um levantamento do panorama da escola no que diz respeito à implantação das questões de culturas africanas no seu currículo.

Gráfico 1

Como você avalia o trabalho feito na sua escola sobre as relações Etnicosrraciais.



Quando perguntados sobre o trabalho desenvolvido pela escola no que diz respeito à temática das relações étnico-raciais 73% dos professores do estabelecimento escolar declaram que esse tipo de atividade é inexistente na escola, enquanto apenas 27% declaram ser um trabalho razoável como mostrado no gráfico acima.

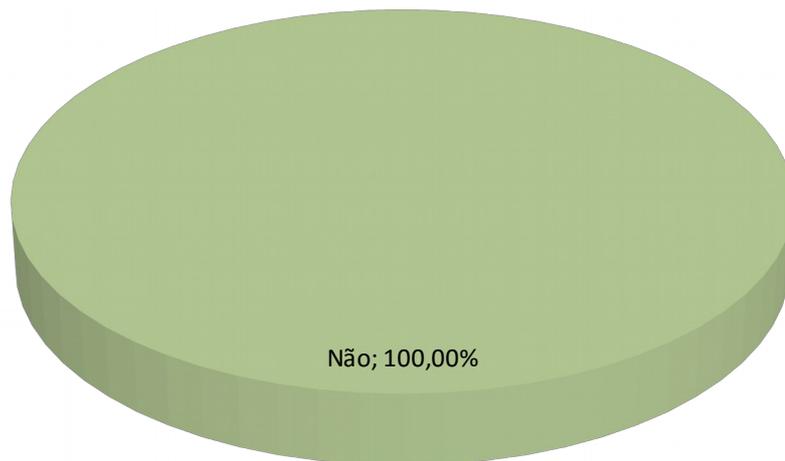
Neste sentido, podemos perceber a invisibilidade das discussões da temática da africanidade no espaço escolar, deixando de lado, desta forma a identidade de grande parte de nossos alunos que vivenciam um currículo forjado que não condiz com a sua realidade étnica e social.

A esse respeito nos lembra Macedo (2009, p.121):

Homogeneizar o ensino sempre foi o objetivo da escola única, com viés de massificação, imaginando que a diferença que nossos alunos trazem para a sala de aula não faz diferença; são, portanto, epifenomenais. Em realidade, a invenção da escola única, como um ato de solidariedade social, não soube articular seus ideários com o desenvolvimento de dispositivos pedagógicos que acolhessem e trabalhassem com a diferença.

Gráfico 2

Você participou ou participa de cursos de formação continuada sobre a Educação para Relações Etnicosrraciais.



Como nos remete o gráfico 2, 100% dos professores pesquisados, nunca participaram ou participam de formação continuada, sobre a educação para as relações Etnicosrraciais.

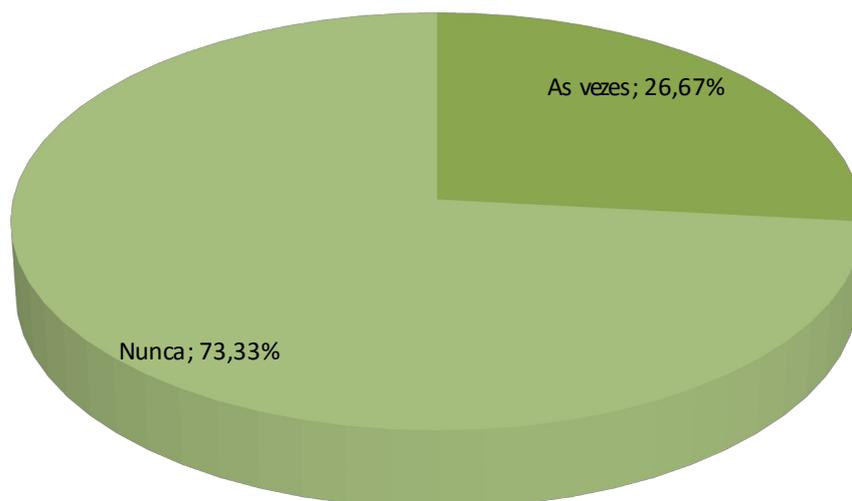
Sabemos da existência da lei que oportuniza a inserção da temática da educação para relações étnicos raciais no currículo escolar, porém é necessário atentamos para a necessidade dessa discussão junto aos professores, já que muito educadores devido características de sua formação inicial, onde o currículo de suas instituições formadoras não contemplava esse tipo de discussão, ainda estigma uma educação eurocêntrica, sem o preparo ou mesmo a falta de interesse para ministrar aulas voltados para o multiculturalismo, perfazendo suas aulas em verdadeiros campos de uma prática pedagógica monocultural.

Corroborando com esse pensamento citamos Santana, (2008 p. 85).

a cultura como ciência universalizadora é incompatível com as ideias da democracia, cidadania, igualdade, respeito à diversidade cultural, impossibilitando que os docentes recebam as camadas populares com a qualidade requerida pela heterogeneidade presente no espaço escolar.

Gráfico 3

A sua unidade educacional rediscutiu ou discutiu coletivamente o Projeto Político Pedagógico no tocante a uma educação para as relações Etnicosrraciais.



Nas últimas décadas, tem se firmado a importância dos projetos políticos pedagógicos como a identidade e ao mesmo tempo a autonomia da escola. O mesmo seria um elemento norteador das políticas de educação defendidas pela escola e posteriormente executadas juntos aos seus educandos e educadores. 73 % dos professores pesquisados disseram, nunca terem discutido a relação da africanidade com projeto político pedagógico da escola e 27 % afirmaram já discutir essa relação com a proposta pedagógica da escola. Ao solicitar a leitura do documento percebemos que de fato o mesmo não contempla como dito pela maioria dos professores essa temática.

É exatamente diante dessas adversidades na escola que reforçamos a importância de os currículos escolares serem cada vez, mas pautados na realidade de seus alunos como parte emergente da democratização e descolonização do currículo escolar, para desta forma vencer com os rituais pedagógicos muitas das vezes a favor da discriminação e do preconceito por raça e outras diversidades. A esse respeito já nos salientava Gomes (2012, p. 105):

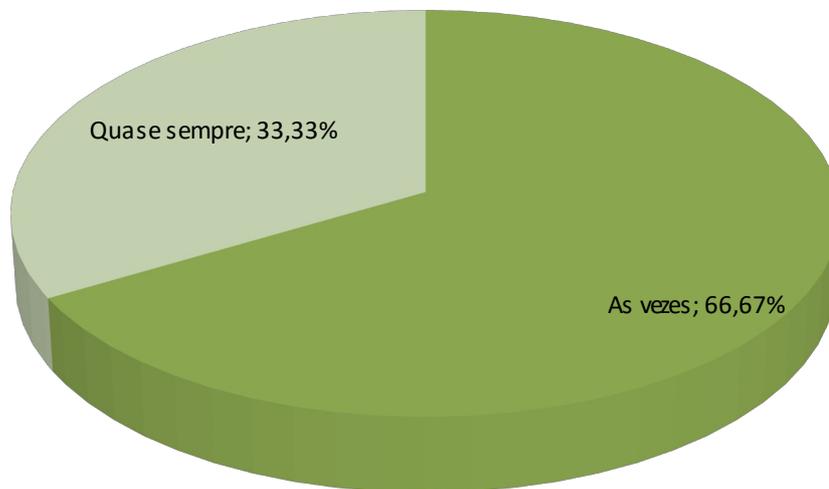
Abre caminhos para a construção de uma educação anti-racista que acarreta uma ruptura epistemológica e curricular, na medida em que torna público e legítimo o “falar” sobre a questão afro-brasileira e africana. Mas não é qualquer tipo de fala. É a fala pautada no diálogo intercultural. E não é qualquer diálogo intercultural. É aquele que se propõe ser emancipatório no interior da escola, ou seja, que pressupõe e considera a existência de um “outro”, conquanto sujeito ativo e concreto, com quem se fala e de quem se fala. E nesse sentido, incorpora conflitos, tensões e divergências.

Quando se trata de descolonização do currículo Gomes 2012, p. 100 ainda acrescenta que a descolonização do currículo “exige questionamento dos lugares de poder. Indaga a relação entre direitos e privilégios arraigada em nossa cultura política e educacional, em nossas escolas e na própria universidade”.



Gráfico 4

A escola realiza atividades de socialização e visibilidade da Cultura Afro-Brasileira nos demais conteúdos trabalhados ao longo do ano.



No gráfico acima, podemos perceber que apenas 33% dos professores realizam quase sempre atividades pautadas na temática das relações étnicas raciais de maneira interdisciplinar a outros conteúdos durante o ano letivo, enquanto 67% declararam realizar apenas algumas vezes esse tipo de atividade.

Esses dados afirmam o pouco reconhecimento das questões inerentes à raça na dimensão pedagógica, sendo a escola e os currículos, por um lado simultaneamente palcos de cartilha ideológica que geram situações, nas quais afrodescendentes são constrangidos ou menos valorizados nas práticas curriculares em função de sua procedência sociocultural.

Em muitas escolas o trabalho com as culturas africanas e afrodescendentes estão presente, apenas por meio de apresentações de rodas de capoeiras ou atividades de leitura de literatura infantil que contempla questões da cultura negra, realizando danças e apresentações culturais na semana da consciência negra ou mesmo falando sobre a lei da abolição da escravatura no dia da libertação dos escravos e pinturas relacionadas à temática. Dessa forma acreditam esses profissionais estarem inserindo no cotidiano escolar um trabalho afim com as relações étnico-raciais e trabalhariam no sentido de combater a discriminação. Tudo isso é importante sim, mas é preciso um trabalho constante. A esse respeito fala Costa, (2010, p.46) :

superar o problema da discriminação racial na educação não é colocar capoeira, cabelo com trancinha ou feijoada no currículo; pode até passar por isso, mas deve antes passar pelo compromisso dos educadores de tentar qualificar os seus alunos negros para as mesmas posições ocupadas pelos alunos oriundos dos outros segmentos étnicos.



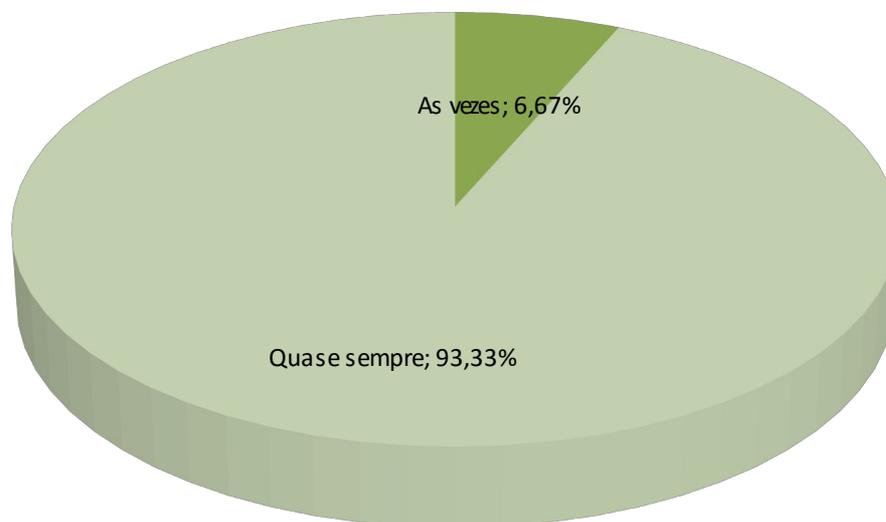
Nesse contexto os professores tem um compromisso maior com a formação da consciência histórica e o reconhecimento das diferentes identidades culturais, dos outros e de si, buscando formar alunos cidadãos, capazes de reconhecer a diversidade étnica brasileira, combatendo a discriminação e o preconceito.

Tudo isso passaria pelo enegrecimento do currículo escolar, onde se deve buscar na escola a tolerância e o respeito à diversidade dos diferentes, sendo o currículo um espaço de significação e o planejamento não apenas uma sequencia didática e de conteúdos, mas a efetivação de uma escola mais justa e solidaria.

Segundo Silva, (2010, p. 41):

Enegrecer diz respeito à maneira própria como os negros se expõem ao mundo, ao o receberem em si. Por isso, enegrecer é face a face em que negros e brancos se espelham uns nos outros, comunicam-se sem que cada um deixe de ser o que é, enquanto ser humano de origem étnico-racial própria. No processo de enegrecer, educam-se, superando a arrogância dos que se têm como superiores e o retraimento dos que são levados a se sentir inferiorizados.

Gráfico 5
Você já presenciou atitudes racistas de forma objetiva ou subjetiva nesta escola este ano.



No Brasil a discriminação etnicorracial e cultural se reproduzem em diferentes contextos sociais entre brancos e não brancos. A escola não se isenta dessas reproduções, mesmo algumas vezes não sendo produtora de situações excludentes, acaba por refletir as tramas existentes na sociedade em seu espaço macro. 93% dos professores dizem já terem presenciado atitudes racistas neste ano na escola e 7% disseram ter presenciado algumas vezes tal situação.



Assim, ressaltamos aqui, mas uma vez a importância desses conteúdos serem aplicados na prática e com significados para a realidade que vive a escola, não ficando embutidos apenas em documentos e teorias. Destacamos aqui ainda, sobretudo, a importância dos educadores no processo de reconhecimento e inclusão da cultura africana na escola que na visão de Souza, (2010, p.165):

como responsáveis pelo fomento do tema africanidades nos ambientes escolares, os educadores e educadoras podem promover momentos de reflexão e atuação social para essa ressignificação, na qual as pessoas tenham o direito de ser quem são trazendo consigo sua história, a ancestralidade e o entorno, sem constranger-se por isso, cientes de que cada ação humana, por mais simples, diz respeito a um todo muito maior, no qual somos um, e onde o produto desse ato é fruto das escolhas que fazemos ao conduzir nossa própria vida.

A partir dessa discussão, podemos destacar a atenção especial, que se deve dá à natureza diversa dos conteúdos para o planejamento curricular. Nesse contexto principalmente aqueles que contemplem a diversidade na escola, no sentido de uma abordagem multicultural, que valorize o diverso, que incorpore a cultura popular, o saber do cotidiano, que preconize a representação e valorização da diversidade de sujeitos e culturas na prática educativa escolar.

CONCLUSÃO

Levar para o cotidiano das escolas reflexões sobre os valores e o respeito, são fundamentos importantes para o desenvolvimento dos seres humanos e suas relações com os outros, principalmente no que diz respeito a etnia e raça que historicamente foram aleijados das políticas públicas.

Construir escolas inclusivas, abertas as diferenças e a igualdade de oportunidades para todas as pessoas que frequentam esse ambiente ainda é um desafio. A educação para as Relações Étnico Racial exige, mas do que compromisso impõe também principalmente projeto, reformulações de práticas pedagógicas e formação dos seus agentes, como meios para implantação dessa política educacional, realidade esta bem distante da escola e das práticas pedagógicas de seus professores da escola alvo deste trabalho.

Diante da realidade observada e do perfil apresentado por meio dos dados obtidos na escola campo de pesquisa deste trabalho, além das discussões de diferentes referências bibliográfica, concluímos que a escola não conseguiu implantar de forma efetiva a Educação para as Relações Étnicos Raciais no seu currículo como previsto em lei. O currículo e a proposta pedagógica da escola não trazem uma abordagem reflexiva, nem tão pouco pedagógica com relação às questões etnicorraciais. Todavia contrariando desta forma as

orientações curriculares do Ministério da Educação, quando trata de orientações para inserção dessa prática em seus processos educativos.

Ao refletirmos, nesse texto, a relação entre currículo, relações étnico-raciais a partir das determinações legais queremos sinalizar, sobretudo, para as mudanças que devem ocorrer no trato político-pedagógico das questões relacionadas à História da África e das Culturas Afro-Brasileiras nos currículos da educação básica.

REFERÊNCIAS

AMÂNCIO, Isis Maria da Costa; GOMES, Nilma Lino; JORGE, Miriam Lúcia dos Santos. **Literaturas africanas e afro-brasileiras na prática pedagógica**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

BRASIL / CNE / MINISTERIO DA EDUCAÇÃO. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília, 2004.

COSTA, Luciano Gonsalves (Org.). **História e cultura afro-brasileira**. Subsídios para a prática da educação sobre relações étnico-raciais. Maringá: Eduem, 2010.

GOMES, Nilma Lino. A questão racial na escola: desafios colocados pela implementação da lei 10.639/03. In: MOREIRA, Antonio Flavio; CANDAU, Vera Maria (orgs.). **Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas**. 4 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

_____. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão – In: BRASIL. **Educação Anti-racista**. Caminhos abertos pela Lei Federal 10.639/03. SECAD, 2005.

GOMES, Nilma Lino. **Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos Currículo sem fronteiras**, v.12, n.1. pp. 98-109, jan/abr 2012.

MACEDO, Roberto Sidnei. **Currículo: Campo, conceito, pesquisa**. 3 ed. Petrópolis, RJ. Vozes. 2009.

SANTANA, Marise de. **Educação e culturas: trabalho docente com os PCN e a lei 10639/2003**. Letras e Artes, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, V.16, N.1, p. 83-93, jun. 2008.

SILVA, Tomaz Tadeu da. Apresentação. In: GOODSON, Ivo F. **Currículo: teoria e história**. 9 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010b.

SOUZA, Paulo César Antonini. **Educar-se ao mundo: percepções acerca das africanidades**. Revista Espaço Acadêmico. São Paulo, v. 9, n. 106, p. 149-159, mar. 2010.

SOUZA, Ana Lúcia Silva; CROSO, Camila. **Igualdade das relações étnico-raciais na escola**: Possibilidades e desafios para implantação da lei 10.639/03. São Paulo: Peirópolis, 2007.